

CONTRADIÇÕES DA PRODUÇÃO DO TURISMO EM PEQUENAS CIDADES BAIANAS: UM ESTUDO SOBRE A RECENTE URBANIZAÇÃO DE ITACARÉ, LITORAL SUL DA BAHIA

Paulo Fernando Meliani

Professor Assistente de Geografia Regional
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
paulomeliani@hotmail.com

RESUMO

A inserção da pequena cidade de Itacaré nos circuitos nacionais e internacionais do turismo, ao final dos anos 1990, promoveu mudanças na urbanização e na produção dos espaços intra-urbanos do município. Tornada destino turístico internacional por meio de investimentos públicos e privados, Itacaré virou moda nos anos 2000, vendida como paraíso ecológico principalmente para surfistas e ecoturistas. A economia do turismo tem determinado a produção do espaço da cidade de Itacaré no sentido de uma urbanização não apenas “turística”, nos termos de Mullins, mas também de uma urbanização periférica, com a formação de aglomerados de exclusão no entorno e em interstícios da antiga vila. O objetivo deste estudo foi o de identificar e quantificar a expansão urbana recente da cidade de Itacaré, a partir da interpretação de séries históricas de fotografias aéreas, imagens de satélite e mapas, bem como e fundamentalmente reconhecer como o turismo tem determinado a produção do espaço intra-urbano. Para o reconhecimento desta determinação, recorreremos à “formação socioespacial”, nos termos de Milton Santos, como categoria de análise da dinâmica social que engendra a urbanização recente de Itacaré. Sintetizando os resultados, podemos afirmar que, em Itacaré, o turismo produz e organiza o espaço na cidade gerando estruturas fragmentadas em uma sorte de espaços selecionados para uso turístico, que estão, muitas vezes, plenos de contatos com outros espaços desprezados pela atividade. A urbanização em Itacaré avança por espaços até então dominados pelos elementos naturais, descaracterizando a própria imagem ecológica que serve como chamariz para o turismo. Forjada como uma espécie de marca do turismo, esta imagem ecológica é banalizada por meio da incontável difusão publicitária e pela multiplicidade de produtos e empreendimentos ecológicos vendidos em Itacaré. O turismo em Itacaré parece se reproduzir do mesmo modo que fez em alguns outros lugares, inclusive na Bahia: depois de “descobertos” e tornados “moda”, vão se degradando e se tornando obsoletos pelo excesso de uma produção alheia e descuidada.

INTRODUÇÃO

Inserido numa região formada em função da produção de cacau, a conhecida “região cacauera” do sul da Bahia, a pequena cidade de Itacaré, bem como parte do litoral sul do município de mesmo nome, é lugar de uma produção do espaço ligada a inserção seletiva do turismo na região. Antigo porto cacauero, a vila de Itacaré desde a sua origem foi lugar tributário, como denota a formação “derivada” da região a qual pertence ¹, e foi feita destino turístico nacional e internacional, a partir dos anos 1990, depois de um período de isolamento regional ligado à perda de importância de entreposto comercial de seu rudimentar porto, já nas primeiras décadas do século 20, por causa da

chegada das ferrovias à região (SANTOS, 1957) ². Por quase todo o século 20, o litoral sul de Itacaré esteve fora do sistema produtivo do cacau, em função da dificuldade de plantio e de escoamento da produção num meio físico de relevo planáltico, de “mar de morros”.

Apesar da proximidade física com Ilhéus, a cidade de Itacaré esteve isolada do core regional por causa da desintegração com o modo de produção cacauzeiro, uma situação acentuada pelos precários acessos por estradas não pavimentadas, num lugar cercado de morros onde chove constantemente. Somente a partir dos anos 1960 foi possível chegar por terra à Itacaré e, mesmo assim, o percurso saindo de Ilhéus levava no mínimo três a quatro horas e, ainda assim, quando as estiagens permitiam, sendo comum interromper a viagem no meio de atoleiros. Além das famílias de fazendeiros que possuíam residência em Itacaré, só mesmo hippies e surfistas se dispunham a visitar a inóspita vila de pescadores, tornando-se os primeiros turistas do lugar, isso ainda nos anos 1970 e 1980.

O isolamento regional de Itacaré responde em parte pela conservação de fragmentos de “Mata Atlântica” que ainda recobrem muito dos morros do lugar, formas espaciais que, como paisagem, serve de material para estetizar o turismo, mas isso efetivamente somente a partir dos anos 1990, quando o turismo se insere como uma atividade econômica significativa em Itacaré. Em 1998, o isolamento se rompeu com a pavimentação do trecho da BA-001, entre Ilhéus e Itacaré, uma obra idealizada e financiada por políticas do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia I (PRODETUR I).

Apropriada pela estética da mercadoria do turismo, a paisagem de Itacaré, na perspectiva do “olhar romântico do turista”, de “beleza natural intocada” (URRY, 1996, p. 70), é representada por imagens fotográficas das pequenas praias do lugar, de seus coqueirais e morros florestados, relacionadas com a ideia de “paraíso”. Na produção do turismo, a natureza de Itacaré é usada para estetizar uma mercadoria que é consumida por surfistas, “ecoturistas” e, cada vez mais, por outros tipos consumidores do chamado “turismo de natureza” ou “turismo ecológico”. A presença de fragmentos de Mata Atlântica no litoral sul da Bahia, em seus diferentes níveis de conservação, é herança da natureza e do modo de produção cacauzeiro da região que subutilizou ou simplesmente não utilizou algumas áreas florestadas, bem como fez dominante a “cabruca”, o modo de plantio sombreado por árvores de dossel, um sistema chamado de “sustentável” por apologistas do desenvolvimento turístico regional.

Com o PRODETUR, a ação estatal na Bahia se pautou na desconcentração relativa do turismo, com a aplicação de recursos para infraestrutura em outros lugares além de Salvador, como em Itacaré, um dos municípios da “Costa do Cacau”, uma forjada “zona turística” que abrangeria os territórios dos municípios de Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Itabuna, Una e Canavieiras. Para a “Costa do Cacau”, os investimentos estatais somaram 170 milhões de dólares, concentrados em transporte (para a pavimentação do trecho da rodovia BA-001 que liga Ilhéus a Itacaré), saneamento, energia elétrica, meio ambiente e reforma do aeroporto de Ilhéus (HVS, 2005, p. 39). É pela rodovia pavimentada em 1998 que, partindo do aeroporto de Ilhéus, Itacaré recebe surfistas, ecoturistas, “turistas de aventura na natureza”, “baladeiros”, “mochileiros”, “turistas de sol e mar”, entre outros visitantes que consomem o turismo em Itacaré.

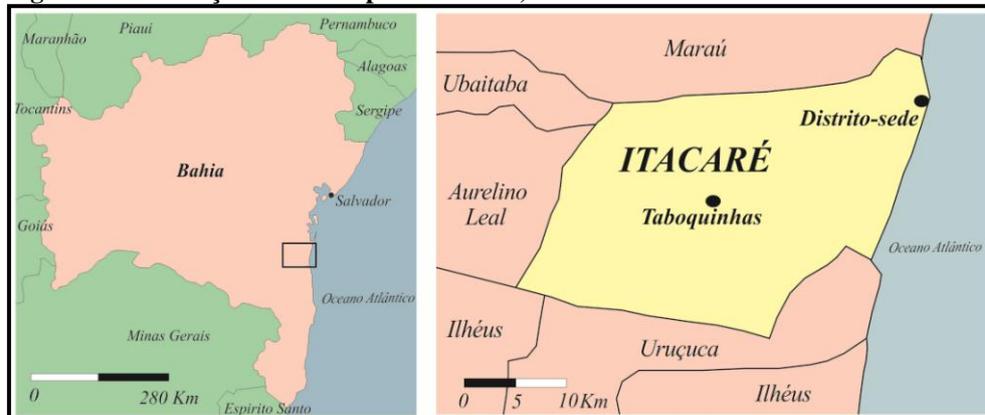
Na entrada do século 21, a dinâmica do turismo transformou Itacaré, tornando o porto cacauero decadente, a vila de pescadores inóspita, num destino turístico vendido como “reliquia” e “paraíso ecológico” para o mercado internacional. Com o acesso dado pela pavimentação da estrada, o turismo em Itacaré virou moda nos primeiros anos da década de 2000, inclusive com a visita de celebridades (artistas e atletas) que conferiram fama e reputação de “lugar da moda”. Desde então, o turismo determina a produção do espaço em Itacaré no sentido de uma urbanização não apenas “turística”, nos termos de Mullins (1991, p. 326), ou seja, como produção de formas e paisagens que derivam dos serviços turísticos em si, mas também de uma urbanização “periférica”, com a formação de aglomerados de exclusão no entorno e em interstícios da antiga vila.

A EXPANSÃO RECENTE DA CIDADE DE ITACARÉ

O município de Itacaré, localizado no litoral do Estado da Bahia (figura 1), possui uma área de 746,9 Km² e uma população estimada, em 2007, de 24.720 habitantes, dos quais 11.478 morando no distrito-sede, ou seja, quase metade da população vive na pequena cidade de Itacaré (IBGE, 2008)³. O uso do espaço no sítio da cidade de Itacaré evidencia uma “urbanização turística” (MULLINS, 1991) produzida pela construção de hotéis, pousadas, bares, restaurantes, comércios de souvenirs e artesanato, agências de ecoturismo, locadoras de veículos e de equipamentos esportivos, de serviços de Internet, entre outros oferecidos para os turistas. Todavia, para além da urbanização turística, uma urbanização periférica acontece em virtude da atração populacional gerada pela

expectativa de trabalho no turismo, com famílias ocupando algumas baixadas e encostas, formando bairros sem infra-estrutura básica no entorno da antiga vila de Itacaré.

Figura 1. Localização do município de Itacaré, litoral sul da Bahia



Fonte: Nentwig Silva *et al* (2000); SEI (2000). Edição de Paulo Fernando Meliani.

Localizado na margem direita da foz do rio de Contas, o sítio urbano original da vila de Itacaré, que até os anos 1930 era chamada de Barra do Rio de Contas, consistia no espaço entre a igreja de São Miguel, construída em 1723, quando do aldeamento que originou a povoação no início do século 18, e os dois pequenos portos na foz do rio de Contas: o “porto da frente”, que serve embarcações maiores (na época do cacau vinham Salvador e Ilhéus) e o “porto de trás”, que atende pequenos barcos de lavradores e pescadores (foto 1). Essa pequena zona portuária é o centro histórico, o núcleo original, o sítio urbano onde a cidade nasceu e se fez em seus primeiros momentos.

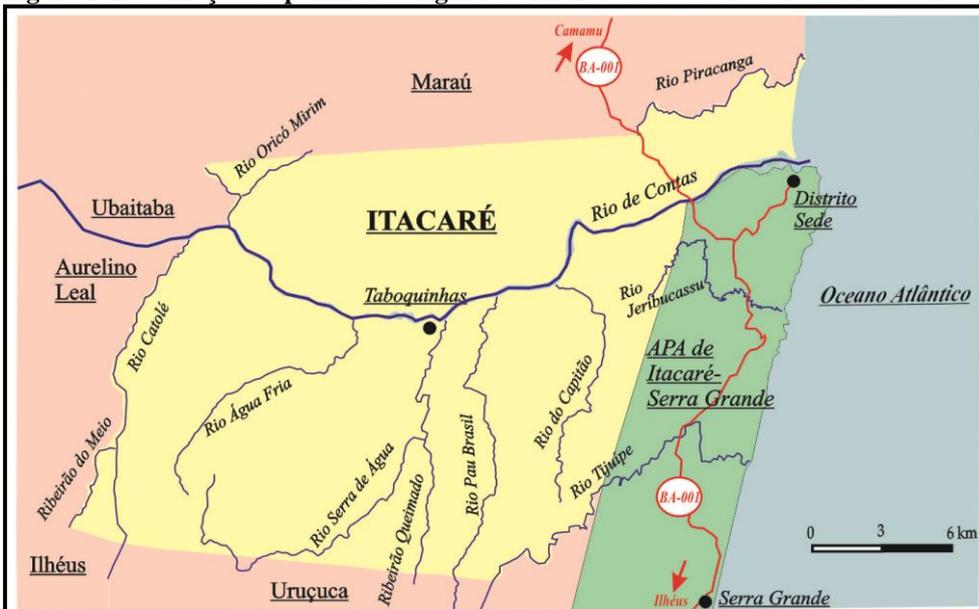
Chegar a Itacaré só era possível pelo rio de Contas, já que a “Ladeira Grande”, a saída da antiga vila por terra, só foi feita em meados dos 1960, como ligação para uma estrada até Uraitaba, cidade vizinha a 40 km de distância. Mesmo com a ligação viária com Uraitaba, o acesso à cidade de Itacaré era difícil, por causa das estradas de terra que cruzam morros em uma região de clima tropical úmido. Em consonância com a premissa de se criar raridades ambientais, na perspectiva da atração de recursos e turistas, já no início dos 1990, a ação do Estado pautou-se na criação de áreas de proteção ambiental (APA), um tipo de unidade de conservação onde é permitido o desenvolvimento de atividades econômicas desde que submetidas ao enquadramento no plano de manejo. Entre as dezenas de APAs criadas pelo governo do Estado da Bahia, para a “Costa do Cacau” foi criada a APA de Itacaré-Serra Grande, em 1993 ⁴ (figura 2).

Foto 1. Itacaré: mosaico de fotografias aéreas de 1964. Observar sítio original entre a igreja e o rio



Fotografia: Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul (1964). Edição de Paulo Fernando Meliani.

Figura 2. Localização do perímetro original da APA da Costa de Itacaré-Serra Grande



Fonte: Mendonça (1979); CONDER (2004). Edição de Paulo Fernando Meliani.

Atravessando a APA, a “estrada-parque”, como é chamado o trecho da BA-001 que liga Ilhéus a Itacaré, por ter sido construída em supostas “bases sustentáveis”, cruza remanescentes de Mata Atlântica, fazendo uso de questionáveis equipamentos “ecologicamente corretos” (como redes na copa das árvores ou manilhas por debaixo da estrada para a travessia de animais), como se, com eles, fosse possível evitar a fragmentação ambiental. Foi a partir da pavimentação da estrada, concluída em 1998, que Itacaré entrou na moda como destino turístico, atraindo cada vez mais surfistas e ecoturistas, muitos estrangeiros, que geralmente viajam em busca de um lugar inóspito e exótico.

A partir dos anos 2000, a recente dinâmica econômica do turismo incrementou a urbanização do município, processo nítido na transformação da estrutura demográfica e na expansão de áreas ocupadas no entorno da vila, bem como pelo adensamento das formas construídas no centro. Na sede do município, na pequena cidade de Itacaré, onde os serviços turísticos estão mais concentrados, houve um importante crescimento da população urbana, entre 1991 e 2007, de mais de 393 %: eram 2.324 habitantes em 1991, 5.712 em 2000, e 11.478 em 2007 (IBGE, 1991; 2001; 2008).

Em meados dos anos 1960, a vila de Itacaré se restringia basicamente aos arredores da zona portuária e da igreja de São Miguel, a faixa lateral da Ladeira Grande e os ainda pouco densos bairros do “Marimbondó” e o dos “Alagados” (atual “São Miguel”), bem como algumas poucas áreas próximas as praias da Tiririca e da Ribeira, correspondendo, segundo Silva (2007, p. 17), a uma superfície de 44,36 hectares. Nos anos 1980, uma expansão urbana importante diz respeito ao registro cartorial do loteamento "Conchas do Mar I" (1983), localizado a leste do núcleo histórico da cidade, em uma grande área adjacente a praia da Concha. Na análise da evolução urbana, consideramos a implantação deste loteamento como parte do processo expansivo dos anos 1980, apesar da pouca ocupação dos seus lotes nos primeiros anos após o registro (foto 2 e figura 3) ⁵.

Atualmente, o loteamento Conchas do Mar I é espaço para moradias de padrão mais elevado, bem como de muitas das mais sofisticadas pousadas de Itacaré, todavia, a implantação do loteamento reverberou, ainda nos anos 1980, na formação do bairro da “Pituba”, junto ao “Caminho das Praias”, em sua porção mais proximal ao centro, pois antigos moradores da área do loteamento Conchas do Mar I, considerados invasores, foram deslocados para a Pituba, com o intuito de viabilizar a implantação e a comercialização dos lotes.

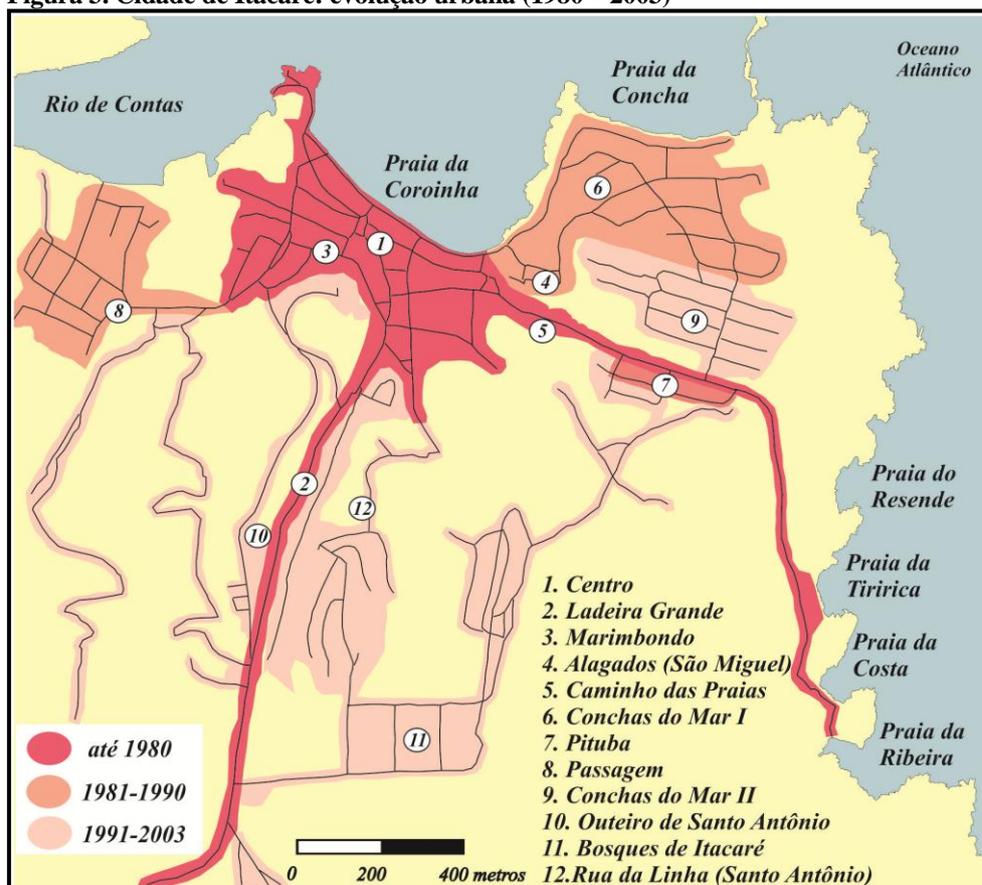
Foto 2. Itacaré: mosaico de fotografias aéreas de 2002. Observar Loteamento Conchas do Mar I



Fotografia: CONDER, 2002. Edição de Ludmila Girardi Alves e Paulo Fernando Meliani.

Cabe destacar que o já existente bairro dos Alagados (hoje chamado São Miguel) também é uma ocupação da fazenda que se tornou o loteamento Conchas do Mar, mas ali não houve retirada dos ocupantes. No período 1980-1990, forma-se também o bairro da “Passagem”, num antigo local de isolamento para doentes de “bexiga” (varíola), a oeste do centro, e que serve atualmente como alternativa de moradia para parte das classes populares de Itacaré. De acordo com Silva (2007, p. 17), as áreas urbanizadas da cidade de Itacaré se ampliaram em 42,28 hectares na década de 1980 (considerando o loteamento Conchas do mar I), praticamente duplicando no período, já que passaram a contar, no fim da década, com 86,64 hectares. Entre 1990 e 2003, as formas construídas se adensam na Pituba e se expandem com a segunda etapa do loteamento Conchas do Mar (em 1998) e a ocupação da encosta leste da colina da Ladeira Grande, onde se formou o bairro da “Rua da Linha”, atual chamado “Santo Antônio”.

Figura 3. Cidade de Itacaré: evolução urbana (1980 – 2003)



Fonte: Meliani, Silva e Gomes (2007); CONDER (2004; 2002). Edição de Paulo Fernando Meliani.

A implantação da rodoviária de Itacaré bem próximo ao início da Rua da Linha, em 1994, bem como as obras de pavimentação da rodovia BA-001, concluída em 1998, contribuiu para a expansão da ocupação dessa área. Com a implantação da rodoviária na base da encosta ocorreu uma valorização da área do entorno, em função da constituição de um espaço funcional, inclusive com a feira dominical junto à rodoviária. Durante a pavimentação da estrada, muitos trabalhadores vindos de fora da cidade se instalaram no bairro, ampliando a ocupação da encosta. Entre outros serviços, oficinas mecânicas e lojas de materiais de construção se multiplicaram ao longo da Ladeira Grande, próximo à entrada de outros loteamentos que surgiram no entorno da cidade (“Outeiro de Santo Antônio” e “Bosques de Itacaré”).

Entre 1990 e 2003, o espaço urbano da Itacaré torna-se cada vez mais adensado nas suas formas construídas, e se expande 64,46 hectares que, somados a área urbana consolidada no início do período (86,64 hectares), totalizavam uma área urbana de 150,59 hectares em 2003 (SILVA, 2007, p. 19).

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E OBSOLESCÊNCIA DO TURISMO EM ITACARÉ

Na perspectiva de seu desenvolvimento, a emergência do turismo em Itacaré incrementa o poder de atração das pessoas, sejam turistas ou famílias trabalhadores sem emprego, notadamente do interior da região. A mesma ordem econômica que seleciona Itacaré como destino turístico, que direciona a aplicação de investimentos em infraestrutura e dinamiza o fluxo de turistas, determina o uso da terra: dos espaços selecionados e valorizados visitação e hospedagem às encostas e baixadas ainda desvalorizadas, onde habita a maioria da população local, excluída dos lucros do turismo.

A questão habitacional da população de Itacaré se amplia com a recente urbanização do distrito-sede, num processo que promove grande demanda por imóveis e uma conseqüente especulação imobiliária sobre os terrenos mais próximos ao centro e praias. Atrelados à questão habitacional estão alguns problemas socioambientais, como os de saneamento básico, em especial as deficiências de coleta e destino do esgoto e do lixo urbano. Como a rede de esgotos de Itacaré é restrita ao centro e alguns bairros contíguos a este, as soluções sanitárias adotadas, geralmente fossas e ligações diretas em cursos d'água, se constituem em problemas sociais e ecológicos, que vão desde a proliferação de doenças até modificações na dinâmica dos sistemas naturais dos solos e das águas.

O lixo produzido na cidade também se constitui um grande problema socioambiental de Itacaré, já que Itacaré não conta com aterros sanitários, sendo parte do lixo despejado a “céu aberto” em uma área de cabeceira de drenagem do rio Canoeiro, localizada a 3 km da cidade, onde pessoas vivem em situação degradante e humilhante, a “catar” algo que possa lhes ajudar na subsistência. O esgoto retirado das fossas por caminhões-tanque tem um destino semelhante ao do lixo, só que com um agravante, é lançado em uma área de cabeceira de drenagem do rio Jeribucassu, rio que tem parte de suas águas captada para o abastecimento público da cidade de Itacaré. Desde 1996, a rede de abastecimento de água da cidade recebe contribuição do rio Jeribucassu, em virtude do riacho da Ribeira, onde está a captação mais antiga e utilizada, não contemplar a demanda em determinadas épocas do ano, especialmente quando da maior presença de turistas.

O turismo em Itacaré parece se reproduzir do mesmo modo que fez em alguns outros lugares: depois de “descobertos” e tornados “moda”, vão se degradando pelo excesso de uma produção alheia e descuidada. Thévenin (2009, p. 120), que estudou a mercantilização do espaço pelo turismo no município de Cairu, na Bahia, afirma que por

mais que se tente ocultar problemas socioambientais, as contradições engendradas pela produção do turismo “entram em choque” com a imagem criada pela propaganda turística. Esgoto a “céu aberto”, excesso de construções na orla, formação de favelas, entre outras mazelas do desenvolvimento urbano capitalista, segundo Thévenin (2009), irão gerar descontentamento nos turistas, que tem uma expectativa, criada pela estética da mercadoria, de encontrar um paraíso longe das contradições existentes nos lugares em que vivem.

Degradados, os lugares turísticos entram numa espécie de obsolescência, tornando-se estagnados ou decadentes em função da saída do capital turístico para outros lugares, em sua sanha de manter elevadas as taxas de lucro. Thévenin (2009, p. 114) dá como exemplo a também baiana Ilha de Itaparica, outrora importante destino turístico, inclusive internacional, que atualmente é, praticamente, apenas um destino turístico nacional, quiçá somente baiano, um local de férias para famílias que tem ali suas casas de veraneio. Segundo Luchiari (1998, pp. 20-21), a maioria das análises do fenômeno turístico mostra que lugares atrativos são descobertos pelas elites e, depois de saturados pelo turismo de massa, são substituídos por novos lugares. Nesse processo, quanto mais próximos e acessíveis aos centros emissores de turistas, mais rapidamente esses novos lugares são incorporados, como que preanunciando o esgotamento de outro ou, nos termos da concepção econômica, do final do ciclo de vida do produto. A “morte” dos lugares turísticos, para Luchiari (1998), é “naturalizada” por um ciclo de exploração que é dinamizado pelo despertar, no turismo de elite e no mercado, da necessidade de descoberta de um “novo lugar/produto”.

Apesar do pouco tempo de inserção do turismo, pouco mais de dez anos, o espaço de Itacaré já se mostra degradado e bastante desgastado pela exploração turística, inclusive com a saturação de alguns tipos de empreendimentos. Numa breve caminhada pela ainda pequena vila, é possível avistar várias placas anunciando a venda de pousadas, muitas delas já fechadas e, outras, ainda sobrevivendo graças a parcerias com operadoras de turismo de massa, como a empresa CVC Turismo de São Paulo. Parece que Itacaré, mesmo antes de se consolidar como destino turístico, vive um estágio de “estagnação” ou até de “declínio”, considerando o modelo evolucionário do “ciclo de vida turístico” elaborado por Butler (PEARCE, 2003, p. 47) ⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos do turismo sobre as atividades preexistentes, as diferenças econômicas entre visitantes e visitados, os padrões de acomodação e de serviços demandados pelos turistas, o grau de intervenção estatal na promoção do turismo, cada um desses fatores, ao seu modo, determina a produção material e cotidiana do espaço. Nesse sentido, consideramos que os processos de produção turística transformam não apenas as formas e as funções dos objetos espaciais, mas também as relações sociais por eles mediadas. A aplicação de uma concepção de mercado torna os espaços, anteriormente produzidos por outras lógicas, em espaços de consumo, ou seja, espaços produzidos e organizados para a venda de serviços para turistas. Assim, os espaços do turismo estruturam-se como um conjunto de formas espaciais usadas para a atração e reunião de turistas consumidores de serviços.

Os espaços tornados como de consumo pelo turismo são de certo modo exclusivos, ou seja, somente aqueles que neles consomem é que os usufruem plenamente. Segundo Santos (2007, p. 64), os espaços públicos (praias, montanhas, praças, etc.) têm sido impunemente privatizados, o que faz com que tenhamos que comprar o ar puro, os bosques, a água e, do mesmo modo, o lazer torna-se igualmente lazer pago. “Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais” (SANTOS, 2007, p. 64).

De acordo com Luchiari (2002), as modalidades de turismo de natureza que, aparentemente, estão mais próximas da concepção de sustentabilidade, como em Itacaré, são limitadas por estratégias de mercados e pelas políticas públicas, que tomam a natureza como uma mercadoria valorizada pelo turismo internacional e pelas práticas sociais. “Assim, os lugares valorizados são privatizados e restritos às classes médias e às elites urbanas que vão ganhando a hegemonia na construção de uma nova formação sócio-espacial” (LUCHIARI, 2002, p. 120). Um breve fragmento da matéria “No divã de Itacaré”, publicada pela revista de turismo “Lonely Planet”, nos dá uma ideia desse processo de produção espacial em Itacaré:

...um punhado delas (de praias), de formatos distintos, todas elas limitadas por morros que mergulhavam verdejantes, no mar quente da Bahia: ‘Será que isso presta para o turismo?’, pode-se supor a pergunta que acendeu a centelha do renascimento da região. E como prestava: a pequena Serra Grande era a transposição do festejado litoral norte de São Paulo para a costa nordestina.

Transposição que representa um modelo de lazer e veraneio praticado no litoral norte paulista que, segundo Scifoni (2006, p. 21), diz respeito à reprodução social da metrópole, de seus espaços, modo de vida, cultura, valores, inclusive, do modo de gastar do tempo de não trabalho, desejos, etc. É a necessidade do lazer, no seio do cotidiano da metrópole, que leva à produção de um espaço de veraneio no litoral, uma expansão do “tecido urbano”, nos termos de Lefebvre (citado por SCIFONI, 2006, p. 21), não como contiguidade física, mas no sentido de uma rede de relações que subordina o espaço litorâneo à lógica urbana.

De acordo com Luchiari (2002, p. 121), de maneira geral, a expansão do turismo no Brasil tem estabelecido, em todos os lugares valorizados, a reprodução do mundo urbano, num processo que proporciona a superação do estranhamento ao meio natural, “pouco domesticado”, e oferece ao turista a apropriação de um lugar repleto de objetos conhecidos. Assim, segue Luchiari (2002), são montados cenários com paisagens domesticadas para serem vendidas ao consumo turístico, formas que “roubam grandes parcelas do território, não se comunicam com a população local, instituem o isolamento das sociabilidades e evitam a possibilidade do encontro entre os turistas e o lugar” (p. 121).

Contradições que emergem da reprodução turística, como as repercussões socioespaciais derivadas da urbanização em Itacaré, nos levam a pensar no espaço das pequenas cidades que foram e que estão sendo submetidas à inserção do turismo no litoral da Bahia. Como acontece em Itacaré, a apropriação privada e seletiva do espaço pelas forças produtivas do turismo sugere a reflexão sobre ações indicadas para a reversão desse processo hegemônico de produção turística, no sentido de uma apropriação social do espaço em lugares turísticos. Uma apropriação social a partir da proposição de modelos que, segundo Lefebvre (1978), concebam uma apropriação social do tempo, do espaço, da vida fisiológica e do desejo, afastando-nos da miséria do habitat que o cotidiano organizado nos submete.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Lei Federal nº 9.985 de 18 de junho de 2000. Brasília, DF: MMA (Ministério do Meio Ambiente), 2000. 32 p.

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Plano Diretor Urbano de Itacaré - versão para discussão com a comunidade local**. Salvador, BA: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Governo do Estado da Bahia, março de 2004.

_____. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Cidade de Itacaré: fotografias aéreas convencionais coloridas**. Escala 1: 8.000. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Salvador, BA: 2002.

CONDÈS, Sébastien. Les incidences du tourisme sur le développement. **Revue Tiers-Monde**. Tome 45. N° 178. Paris, France: Éditions Armand Colin, 2004. pp. 269-291.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). RJ, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp. 15-47.

HVS INTERNATIONAL. **Itacaré 2015 – Diretrizes para o desenvolvimento turístico sustentável**. São Paulo, SP: HVS International / Instituto de Turismo de Itacaré, 2005. 194 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Primeiros resultados do Censo 2010**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Planisfério Político. **Atlas Geográfico Escolar**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2009.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da População 2007 - Agregado por Setores Censitários**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000 – Dados Preliminares**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2001.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1991.

LEFEBVRE, Henry. **La vita quotidiana del mondo moderno**. Traduzione de Anna Sordini e Maurizio Beccari. Prima edizione. Milano, Italia: il Saggiatore, 1978.

LONELY PLANET. No divã de Itacaré. **Lonely Planet**. Texto de Ronny Hein; Fotos de Ricardo Rollo. São Paulo, SP: Duetto Editorial (Grupo Ediouro), janeiro de 2010. pp. 40-52.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Turismo e território: sustentabilidade para quem? **Redescobrimo a ecologia no turismo**. BARRETTO, Margarida; TAMANINI, Elizabete (Orgs.). Caxias do Sul, RS: Editora da Universidade de Caxias do Sul (EDUCS), 2002. pp. 11-126.

_____. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: **ANAIS DO II ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL**. Fortaleza, CE: Universidade Estadual do Ceará (UECE), 1998.

MELIANI, Paulo Fernando; SILVA, Gilson Santos da; GOMES, Ronaldo Lima. Produção de espaços turísticos urbanizados: análise da expansão urbana de Itacaré, Bahia. In: **ANAIS DO X SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – SINPURB**. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

MENDONÇA, José Resende. **Fotointerpretação da hidrografia do município de Itacaré (BA)**. 297,00 x 420,00 mm. Escala 1: 108.000. Ilhéus, BA: CEPEC (Centro de Pesquisas do Cacau), 1979.

MULLINS, Patrick. Tourism urbanization. **International Journal of Urban and Regional Research**. Volume 15. Issue 3. pages 326-342. September 1991.

NENTWIG SILVA, Barbara-Christine; NASCIMENTO, Dária Maria Cardoso; PEREIRA, Gilberto Corso; SOUZA, Jaimeval Caetano de; CUNHA, Maria da Conceição de Oliveira; MELLO e SILVA, Sylvio Bandeira de. **Atlas Escolar, Bahia: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Grafset, 2000. 171 p.

PEARCE, Douglas G. **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado e viagens**. São Paulo, SP: Aleph, 2003. 388 p.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª edição. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2007. 169 p.

_____. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. 4ª ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 1996. 113 p.

_____. **Zona do Cacau – Introdução ao Estudo Geográfico**. 2ª edição. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1957. 125 p.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia**. 1 mapa, color. Escala 1: 1.500.000. Salvador, BA: Gerência de Recursos Naturais, Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Secretaria da Educação, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2000.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2006. 293 p.

SILVA, Gilson santos da. **Análise ambiental da expansão urbana da cidade de Itacaré, Bahia**. Monografia de Graduação em Geografia. Ilhéus, BA: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA), 2007. 50 p.

THÉVENIN, Julien Marius Reis. **Mercantilização do espaço rural pelo turismo: uma leitura a partir do município de Cairu-BA**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2009. 147 p.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo, SP: Studio Nobel: SESC, 1996. 231 p.

SERVIÇOS AÉREOS CRUZEIRO DO SUL. **Costa de Itacaré: foto aérea**. Escala 1: 25.000. Fx 205, n. 15. Rio de Janeiro, RJ, 1964.

¹ A região cacauzeira do sul da Bahia, atual microrregião de Ilhéus-Itabuna, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à sua escala, encarna a formação derivada da demanda estrangeira de cacau nos séculos 19 e 20. De acordo com Santos (1996, p. 104), entre as especificidades do espaço nos países subdesenvolvidos está a de ser “derivado”, aquele que é criado ou transformado por demandas externas, por uma vontade estrangeira, ou seja, derivado de necessidades longínquas. Segundo Santos (1996), o termo “derivado” foi primeiramente empregado por Maximilien Sorre, que adotou a expressão “paisagens derivadas” para mostrar a relação entre a história de países industriais e a dos países subdesenvolvidos. De acordo com Santos, é nessa relação histórica que se formaram e ainda se formam espaços em países subdesenvolvidos, derivados da demanda externa, “via de regra”, por algum produto primário, gerando regiões monoprodutoras ou transformando outras pré-existentes em função de novas necessidades.

² No final dos anos 1960, a perda de importância do porto de Itacaré se acentuou com a construção de rodovias, como a BR-101, concentrando o escoamento da produção regional (inclusive do interior de Itacaré) para Ilhéus, centro regional que cada vez mais fortalecia sua função de principal entreposto exportador de cacau, inclusive com modernizações e construções portuárias, realizadas nos anos 1920 e 1950.

³ De acordo com os primeiros resultados do Censo 2010, divulgados pelo IBGE, Itacaré possui 24.340 habitantes, sendo que 13.670 são moradores urbanos (56,16%) e 10.670 são moradores rurais (43,84%). Os dados distritais, que permitiriam identificar o tamanho da população urbana na sede e no distrito de Taboquinhas ainda não foram divulgados.

⁴ No Estado da Bahia, a partir de 1990, foram criadas 37 unidades de proteção integral, como estações ecológicas, reservas biológicas, parques, monumentos Naturais e refúgios de vida silvestre, além das 94 unidades de uso sustentável, identificadas por 38 áreas de proteção ambiental e 51 reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs). As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) pertencem a categoria de unidades de conservação do “Grupo de Unidades de Uso Sustentável”, definida pela Lei Federal nº 9.985, que estabelece o SNUC - Sistema Federal de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000). O desenvolvimento de atividades econômicas no território de uma APA é permitido, desde que sejam respeitados os critérios legalmente estabelecidos em um plano de manejo. O perímetro original (que depois foi expandido), da APA de Itacaré-Serra Grande, circunda uma área de 168 km² que, a partir do oceano, ocupa uma faixa costeira de 6 km de largura por 28 km de comprimento, ao largo do litoral entre a cidade de Itacaré e a vila de Serra Grande, no município de Uruçuca.

⁵ Nesse caso, é evidente a “antecipação espacial”, que se constitui, de acordo com Lobato Corrêa (2007, p. 39), numa prática que pode ser definida pela localização de uma atividade, em um dado local, antes que as condições favoráveis tenham sido satisfeitas. A antecipação espacial significa “reserva de território”, uma maneira de “garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de condições de suas condições de produção” (CORRÊA, 2007, p. 39). A “antecipação espacial”, assim como a “seletividade espacial”, a “fragmentação-remembramento espacial”, a “marginalização espacial” e a “reprodução da região produtora”, fazem parte das “práticas espaciais” enunciadas por Corrêa (2007, p. 35). As práticas espaciais são um conjunto de ações espacialmente localizadas, que provocam impactos diretos sobre o espaço, alterando-o em parte ou no todo, ou ainda, preservando-o em suas formas e interações espaciais. Afirma Corrêa (2007) que, essas práticas resultam, de um lado, da consciência que o homem tem da “diferenciação espacial” e, de outro, de diversos projetos derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica ou da própria sociedade como um todo.

⁶ Segundo Pearce (2003, p. 47), entre os modelos que evidenciam mudanças na evolução dos movimentos turísticos, ou do desenvolvimento de estruturas do turismo, o modelo evolucionário mais amplamente testado é do “ciclo de vida de área turística” de Butler. Argumentando as áreas turísticas são dinâmicas e que evoluem com o tempo, Butler elaborou uma sequência hipotética de estágios: “exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, rejuvenescimento ou declínio”. Cada estágio seria acompanhado por mudanças na natureza na extensão das instalações, bem como no abastecimento dessas instalações, como descreve Pearce (2003): “Instalações não específicas para turistas são as que existem no primeiro estágio; as do estágio de desenvolvimento são fornecidas basicamente por habitantes locais, quando então, já na fase de desenvolvimento, o envolvimento e o controle local declinam rapidamente, à medida que instalações mais modernas e elaboradas são proporcionadas por empreendedores externos, e autoridades regionais e nacionais assumem a responsabilidade pelo planejamento (p. 47)”. Por meio do desenvolvimento hoteleiro, notadamente da expansão dos grupos hoteleiros, também é possível, segundo Condès (2004, p. 282), analisar a estruturação do mercado turístico. Para Condès (2004), num primeiro momento, os mercados menos maduros se caracterizam por uma predominância de estruturas locais, que não respondem a todas as exigências estrangeiras em matéria de conforto. Num segundo momento, estes mercados são penetrados por grupos hoteleiros estrangeiros (redes integradas) de forma seletiva, nas capitais, por exemplo, em função das necessidades do comércio internacional ou em lugares litorâneos para atender clientes de lazer. No terceiro momento, o sucesso da fase precedente gera o desenvolvimento de projetos de melhorias e ampliação, muitas vezes, seguidas pelo desenvolvimento do turismo de massa, em função de diárias econômicas promocionais para os países emissores.